EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA: ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

JANETE APARECIDA PEREIRA DUTRA

RESUMO

Nas discussões sobre a inclusão de estudantes nas escolas, coloca-se a preocupação de como garantir a inclusão e o desenvolvimento de todos no âmbito escolar. Neste estudo, o problema de pesquisa se explicita na seguinte pergunta: quais estratégias de ensino podem contribuir no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física escolar? Todo estudante tem direito a um ensino de qualidade e adaptado a ele, porém há uma carência na garantia desse ensino qualificado para o estudante com deficiência. Um dos fatores que dificultam o ensino a essas pessoas é a aceitação das diferenças, e o primeiro passo a ser trabalhado é a sua valorização como ser humano. Esses modelos de ensino explicitam a dificuldade que muitos professores têm para planejar as aulas para estudantes com deficiência, pois a maioria não teve em sua Graduação a formação sobre as deficiências. No entanto, para muitos professores de Educação Física, adaptar suas aulas para incluir estudantes com deficiência é de grande valia. A Educação Física ganhou um novo significado pela sistematização de seu conhecimento científico como área produziu alguns livros e conceitos de ensino e proporcionou avanços epistemológicos para a formação cognitiva e o desempenho profissional. Esses avanços se materializam nas propostas crítico-emancipatória e crítico-superadora. A educação inclusiva tornou-se o atual modelo de referência para a educação especial de pessoas com deficiência nas escolas. A mudança de paradigma das escolas integradas para a educação inclusiva impacta o modelo atual das escolas. Os professores reconhecem a importância de envolver os alunos com deficiência em suas aulas e percebem que a participação e a interação desses alunos no espaço escolar pode ser algo desafiador, porém será algo que mudará todo esse processo de apenas pensar que está incluindo.

Palavras-chave: Inclusão. Estudantes. Escola. Educação Física.

ABSTRAT

In discussions about the inclusion of students in schools, there is concern about how to ensure the inclusion and development of all students in the school environment. In this study, the research problem is explained in the following question: what teaching strategies can contribute to the development and learning process of students with disabilities in school Physical Education classes? Every student has the right to quality education adapted to them, but there is a lack of guarantee of this qualified education for students with disabilities. One of the factors that makes teaching these people difficult is the acceptance of differences, and the first step to be addressed is valuing them as human beings. These teaching models make clear the difficulty that many teachers have in planning classes for students with disabilities, since most of them did not receive training on disabilities in their undergraduate courses. However, for many Physical Education teachers, adapting their classes to include students with disabilities is of great value. Physical Education has gained new meaning through the systematization of its scientific knowledge as an area that has produced some books and teaching concepts and provided epistemological advances for cognitive training and professional performance. These advances are materialized in the critical-emancipatory and critical-overcoming proposals. Inclusive education has become the current reference model for special education for people with disabilities in schools. The paradigm shift from integrated schools to inclusive education impacts the current school model. Teachers recognize the importance of involving students with disabilities in their classes and realize that the participation and interaction of these students in the school environment can be challenging, but it will be something that will change this entire process of just thinking that they are including.

KEYWORDS: Inclusion. Students. School.

Physical Education.

INTRODUÇÃO

Garantir a participação de alunos com deficiência, nas aulas de educação física é um grande avanço. Porém, diante do processo que busca construir na inclusão de alunos com deficiência no ensino da Educação Física, somente a participação não seria suficiente.

A inclusão escolar é uma inovação educacional que traz consigo uma proposta de abertura das escolas às diferenças. Porém o ensino oferecido pela maioria delas, atualmente, não favorece tal revisão conceitual e pedagógica, uma vez que velhos modelos de ensino corroboram para a manutenção de medidas excludentes.

Esses modelos de ensino explicitam a dificuldade que muitos professores têm para planejar as aulas para estudantes com deficiência, pois a maioria não teve em sua Graduação a formação sobre as deficiências. No entanto, para muitos professores de Educação Física, adaptar suas aulas para incluir estudantes com deficiência é de grande valia.

É de extrema importância o professor ter conhecimento de todos os tipos de deficiência, assim "respeitando suas individualidades, suas relações sociais e suas potencialidades", promovendo a compreensão de quais estratégias de ensino podem contribuir no processo de ensino-aprendizagem de cada estudante com deficiência, resgatando a autoestima deles e possibilitando a inclusão social e escolar de cada um.

O art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB) cita algumas peculiaridades sobre a educação especial:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996, online).

Assim, este artigo tem como objetivos compreender, explicitar e identificar os tipos de deficiência e possíveis estratégias de ensino que podem contribuir na inclusão, no desenvolvimento e na aprendizagem dos estudantes deficientes nas aulas de Educação Física.

A metodologia para a realização desta pesquisa é de cunho bibliográfico recolhe e seleciona conhecimentos prévios e informações acerca de um problema ou hipótese, já organizados e trabalhados por outro autor, colocando o pesquisador em contato com materiais e informações que já foram escritos anteriormente sobre determinado assunto.

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo buscar explicações de problemas a partir de referências teóricas ou revisões de literatura de obras e documentos relacionados ao tema de pesquisa.

EDUCAÇÃO FÍSICA E O CONTEXTO HISTÓRICO PEDAGÓGICO

A educação física atual é resultado de um processo histórico que foi influenciado pelo contexto social, político, econômico e cultural. No decorrer dos anos, a Educação Física passa por vários períodos: no período denominado Educação Física higienista, a ênfase em relação à questão da saúde está em primeiro plano (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991). Para tal concepção, cabe à Educação Física um papel fundamental na formação de homens e mulheres sadios, fortes e dispostos à ação.

No período militarista, o objetivo fundamental da Educação Física Militarista é a obtenção de uma juventude capaz de suportar o combate, a luta, a guerra. Para tal concepção, a Educação Física deve ser suficientemente rígida para "elevar a Nação" à condição de "servidora e defensora da Pátria" (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991, p. 18).

Finalmente, em 1933, foi fundada a Escola de Educação Física do Exército, que permitia, também, a matrícula de professores ci-

vis. Até a criação desta última, encontramos apenas dois estabelecimentos especializados: as Escolas de Educação Física da Força Policial (São Paulo) e a do Centro de Esportes da Marinha (Rio), esta última tendo sido a primeira a formar especialistas em Educação Física, a nível de praças (1925) (OLIVEIRA, 2004, p. 26).

Até a década de 1950, a Educação Física escolar continuou aprisionada ao método francês (OLIVEIRA, 2004), cujo foco principal era o aprimoramento físico, enfatizando a aptidão física mais comumente utilizada na vida diária, o desenvolvimento físico geral e aumentar a resistência. Na década de 1960 até meados das de 1980, a Educação Física começou a ser esportivizada, quando o esporte começou a ser inserido nas escolas e se tornou um conteúdo exclusivo das aulas de Educação Física.

Segundo Benvegnú Júnior, (2011, p. 8):

E é aí que o esporte, desde seu nascimento na Inglaterra na segunda metade do século XIX, vinculou-se a Educação Física através das Public Schools – escolas públicas inglesas – expandindo-se pelo mundo e adquirindo cada vez mais autonomia, mudando vagarosamente de um conteúdo de ensino (a ser escolarizado) a um conteúdo exclusivo da Educação Física na escola, esportivizando-a.

Nos anos de 1970 e 1980,

surgem movimentos "renovadores" na educação física. Entre eles destacam-se a "Psicomotricidade" com variantes como a “Psicocinética" de Jean Le Boulch (1978), que se apresentam como contestação à educação física por considerá-la ligada a uma concepção dualista de homem (COLETIVO DE AUTORES, 1992 p. 38).

A psicomotricidade ainda não pode ser colocada como uma perspectiva de cunho crítico, no entanto ela significou um avanço para a crise de identidade que a área da Educação Física se encontrava. Na tentativa de superar essa crise, teóricos de diferentes áreas do conhecimento desenvolveram pesquisas visando à legitimidade da Educação Física na escola.

Essas mudanças representaram conquista, mas também desafios para a Educação Física no campo crítico se consolidar. Além disso, a partir desse processo de abertura e democratização dos saberes no âmbito escolar, houve fortalecimento dos debates sociais acerca dos direitos humanos nas diversas dimensões humanas. Nessa esteira, a inclusão escolar, via educação especial e educação inclusiva, foi colocada em pauta.

A histórica da educação especial é sustentada sobre o estigma da exclusão social e o isolamento de diferentes culturas e épocas. E a Educação Física também influenciou e foi influenciada por esse percurso histórico:

A educação física nasceu associada a uma visão homogeneizadora do ensino, pautada pela busca do alto rendimento e pela competição. Esse modelo resultou na exclusão sistemática dos estudantes que não atingiam o desempenho esperado ou não se enquadravam no perfil físico buscado pelos educadores. Durante muito tempo, os estudantes com deficiência fizeram parte desse processo de exclusão, com exceção às atividades de educação física adaptada, as quais eram voltadas exclusivamente para esse público. Atualmente, estamos acompanhando o surgimento da educação física inclusiva que pressupõe a participação de todos os estudantes em uma mesma atividade. Essa proposta, alinhada com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, implica no entendimento das especificidades de cada aluno e na flexibilização de recursos e regras das atividades físicas. Isso envolve não só alterações nas práticas físicas existentes, como também a criação de novas atividades. O desenvolvimento desse novo paradigma pressupõe a eliminação de barreiras e a ressignificação dos objetivos da educação física (MENDES; CONCEIÇÃO; GALERY, 2013, p. 1).

No que diz respeito à escola, a partir da década de 1960, ela produz opiniões e práticas, e começa a ser incorporada ao campo da educação. A partir de 1990, por influência da popularização da filosofia, foram declaradas várias propostas para a educação especial, ratificando que toda pessoa com deficiência tem direito a usufruir de padrões semelhantes aos demais. Como exemplo, temos a

Educação para Todos, a Política Nacional de Educação Especial, entre outras propostas, que "[...] buscou-se, por meio da adoção de práticas inclusivas, atender às necessidades dos excluídos" (CAVALLARI, 2010, p. 668).
A existência discriminatória das escolas e da sociedade como um todo se limitava à formação de grupos específicos e homogêneos de pessoas. Aqueles que não pertenciam a esses grupos eram excluídos dessa sociedade. Surgiu a contradição inclusão e exclusão depois da democratização nas escolas, que começou, então, com a entrada dos deficientes na escola, mas ela ainda estava em processo de integração, e não de inclusão. Embora lentas e insignificantes, todas essas modificações têm contribuído para o futuro, na expectativa de grandes mudanças para uma educação inclusiva.

No entanto, a simples entrada do aluno com deficiência na escola não lhe garante a qualidade de ações pedagógicas inclusivas nem ações afirmativas que diminuam as diferenças entre seus pares e ainda pior: não lhes garante aprendizagem. "[...] para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem e participação social" (BEZERRA, 2010, p. 20).

A inclusão não questiona apenas a organização da educação especial, mas também questiona o conceito de integração. Não é compatível com a fusão, porque proporciona uma inserção escolar radical, completa e sistemática, e todos os alunos devem frequentar as salas de aulas, sem exceção. O ponto crucial para uma discussão da educação inclusiva reside no ambiente social instituído para instrumentalizar o processo educativo: a escola. É na escola que as crianças e os jovens passam uma quantidade substancial do seu tempo e é lá que muitas de suas conexões sociais são feitas.
O equívoco que muitas escolas cometem na educação inclusiva é pensar que está seguindo em um campo de conhecimento pautado em uma orientação inclusiva, mas que de fato não se efetiva na realidade cotidiana da escola. A razão disso é que a comunidade escolar precisa estabelecer uma estrutura curricular em uma relação de diálogo. A inclusão significa uma mudança no conceito de educação, pois não atinge somente os estudantes com deficiência e/ou com dificuldades de aprendizagem, mas atinge todos que frequentam aquela rede de ensino, e, assim, promovendo essa mudança possibilita a esses estudantes o sucesso na rede de ensino em geral.
Uma escola que propõe a se apresentar de forma inclusiva e com qualidade não deve apenas visar os estudantes com deficiência, mas sim para todas as diversas formas de diferenças, assim não será trabalhado apenas igualdade de oportunidades, mas também igualdade de conquista. Na perspectiva da inclusão, a principal característica da escola é reconhecer as diferenças no processo de formação dos alunos, buscar a participação e o progresso de todos e adotar novos métodos de ensino. A adoção desses novos métodos não é fácil e imediata, pois depende de mudanças fora e dentro da escola.
A escola deve ser um espaço social e cultural, as diferenças encontram-se em um espaço privilegiado de acolhimento, que mostra o potencial de todos na construção de uma sociedade mais igualitária e sem preconceitos. Portanto, a inclusão dos estudantes com deficiência nas escolas não depende somente do professor, mas também de toda a comunidade escolar e, para além da gestão, um olhar governamental para essa questão, promovendo melhores condições formativas e de trabalho aos professores.
a) deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.
A deficiência física se refere a danos no sistema locomotor, incluindo também o sistema muscular, o sistema ósseo e articular e o sistema nervoso e, dependendo do tipo de lesão e a área do corpo afetada, podem produzir limitações físicas significativas de vários graus, dificultando o equilíbrio e o andar, na movimentação do corpo, da cabeça

e dos membros superiores. As pessoas com deficiência, na maioria das vezes, são impedidas de se locomover sozinhas.
Então, para auxiliar nessa funcionalidade dependendo do seu grau de dificuldade, são utilizados alguns dispositivos, como: próteses, como muletas, corrimãos, cadeiras de rodas, entre outros (BRASIL, 2004b).
Se os profissionais conseguirem compreender cada tipo de deficiência e "saber lidar com as pessoas com deficiência em quaisquer situações é derrubar barreiras e trabalhar a favor da inclusão". O termo "estratégia" tem sido amplamente utilizado ao incorporar alunos com deficiência ao ambiente educacional. Porém não basta apenas implementar essas estratégias de qualquer maneira, mas sim alinhar ao projeto pedagógico, às atividades pedagógicas e aos Parâmetros Curriculares.

[...] a partir das novas concepções pedagógicas referentes à Educação Física, onde se rompeu com a visão mecanicista de desempenho, como ocorriam até os anos 80, os professores passaram a ter um perfil mais favorável ao modelo inclusivo (FERREIRA, 2012, p. 21).

A partir da década de 1980, são elaboradas as abordagens críticas, rompendo com o modelo hegemônico de como os esportes eram tratados na Educação Física. As propostas críticas começaram a questionar as características alienantes dos esportes escolares e a propor modelos para superar as contradições e injustiças sociais (LEITE, 2010). Portanto, a Educação Física está ligada às mudanças sociais, econômicas e políticas para superar a desigualdade social e entre essas abordagens temos como referência as propostas críticas superadora e emancipatória.
Entretanto é necessário que a escola, além de trabalhar em torno das disciplinas tradicionais que compõem o currículo estudantil, busque apresentar aos estudantes conceitos como a integração social, ética, os direitos humanos, a cidadania e as relações com o meio ambiente, pois estamos vivenciando um momento de transformação e integração, por isso devem oferecer mais do que apenas o aprendizado básico (BRASIL, 1997).
As instituições que elaborarem propostas pedagógicas eficazes e com clareza serão destaques na área do conhecimento, promovendo, assim, a qualidade do ensino e a satisfação de toda a comunidade escolar.

Portanto, entende-se a Educação Física como uma área de conhecimento da cultura corporal de movimento e a Educação Física escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento. Segundo Soler (2005), a Educação Física escolar pode desenvolver em suas práticas a ampliação e diversificação da bagagem motora, assim como propor valores humanos positivos (FERREIRA, 2012, p. 16).

Com a inclusão escolar os professores estão em busca de estratégias de ensino que os oriente para incluir de modo eficaz seus estudantes com deficiência junto aos outros alunos, garantindo o envolvimento e a participação de todos. O professor de Educação Física escolar deve ter cuidado ao adaptar suas aulas excessivamente, pois os estudantes com deficiência podem se sentir constrangidos, pela aula estar sendo necessariamente direcionada a ele. O professor deve criar métodos acolhedores, tomando um certo cuidado com a competição, trabalhando mais em torno da cooperação e, mesmo assim, mantendo seus objetivos propostos.

Garantidas as condições de segurança, o professor deve fazer adaptações, criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos especiais. Esse aluno poderá participar dos jogos ou danças, por exemplo, criando-se um papel específico para sua atuação, onde cada limitação gerará um nível de solução, pois o desenvolvimento da percepção das possibilidades permite a sua consequente potencialização. O professor deve ser flexível, fazendo as adequações necessárias no plano gestual, nas regras das atividades, na utilização de materiais e do espaço para estimular, tanto no aluno portador de necessidades especiais como no grupo, todas as possibilidades que favoreçam o princípio da inclusão (BRASIL, 1998, p. 57).

Os estudantes com deficiência geralmente não são estimulados a realizar atividades paralelas por seus familiares, por conta de des-

conhecerem esses estímulos, que acabam afetando o desenvolvimento do estudante. Dentro da Educação Física, existem diversos aspectos da cultura corporal do movimento que podem ser adaptadas para estudantes com deficiência, de modo que atenda ao processo de ensino-aprendizagem, considerando as características de cada um, garantindo a participação de todos. Entre os diversos conteúdos podem ser destacados o esporte, os jogos, as brincadeiras e os jogos cooperativos. É necessário no percurso de organização do ensino que professor encontre os conteúdos que se adequam ao tipo de deficiência que seu aluno se encaixa e adaptá-los para toda a turma, garantindo a participação de todos.

Como exemplo de um esporte para a inclusão de cadeirantes há o vôlei sentado, que pode ser jogado por estudantes de ambos os sexos (ATIVIDART, 2016). O esporte se configura em suas regras tradicionais, porém tem suas particularidades, como um campo menor, uma rede mais baixa e jogadores sentados. A prática não tem como objetivo formar atletas, mas sim permitir que todos aproveitem o jogo e possam vivenciar o esporte de forma inclusiva, buscando superar a si mesmo, podendo ser praticado por estudantes com ou sem deficiência.

O objetivo dessa proposta é permitir que o esporte se torne possível para todos, sendo que a tarefa do professor é ensinar o esporte como ele é, porém o adaptando e criando formas em que todos possam participar e se divertir, quebrando com a segregação e a exclusão e promovendo a inclusão, principalmente pela possibilidade de acesso ao conhecimento científico.

Segundo Coletivo de Autores (1992), o jogo é uma invenção do homem, um ato em que sua intencionalidade e curiosidade resultam em um processo criativo para modificar, imaginariamente, a realidade e o presente.

Os jogos e as brincadeiras são atividades transformadoras nas quais os estudantes podem se expressar e ao mesmo tempo relaxar, praticando sem preocupação, contribuindo para aliviar momentos de tensão. Assim, os jogos induzem à liberação das energias acumuladas, que precisam ser gastas, além de contribuir para aspectos importantes na formação da personalidade e na melhoria de habilidades específicas (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

De acordo com Feliciano (2016), os jogos são classificados em: sensoriais, motores e de raciocínio. Os jogos sensoriais se referem a uma ou mais atividades sensoriais realizadas pelos estudantes: tato, audição, visão, paladar e olfato, podendo estimular sua imaginação, desenvolver suas habilidades, interagir com o ambiente circundante e eliminar a frustração. Isso o ajudará a compreender melhor seu corpo e a aprimorar a maneira de como o estudante se expressa. Como exemplo tem-se os jogos dos sentidos, que podem ser realizados de diversas maneiras, porém sempre com os olhos vendados para trabalhar o sensor da audição, por exemplo: podem ser levados objetos ou fazer barulhos e os participantes vão dizer a que se refere aquele som feito (sino, violão, porta batendo etc.). Em caso de estudantes com deficiência auditiva, podem ser trabalhados os outros sentidos, de acordo com a deficiência do aluno que está incluído na turma.

Os jogos motores permitem que os estudantes se desenvolvam, cresçam e se aprimorem dentro de seu próprio corpo, melhorando suas habilidades motoras, superando as dificuldades, conquistando novos espaços, tentando enfrentar novos desafios esportivos, cognitivos e afetivos. Esses jogos ajudam a melhorar a coordenação, os reflexos, a agilidade, a velocidade, a força, a resistência e o equilíbrio. Tudo isso promove melhorias no desenvolvimento de práticas simples do dia a dia, como correr, andar, pular, chutar, entre outras. Como exemplo, pode-se citar o vôlei do alfabeto que, segundo Feliciano (2016, p 15), tem como objetivo trabalhar a agilidade, o raciocínio e a criatividade. Seu desenvolvimento ocorre desta forma:

Esse jogo pode ser adaptado de diversas maneiras, de acordo com a deficiência do estudante. Os jogos de raciocínio são aqueles que ajudam a desenvolver a tomada de decisão, a agilidade, o trabalho em equipe e o pensamento estratégico, além de criarem um ambiente para os estudantes interagirem com seus colegas.

É cada vez mais necessário desenvolver competências e aptidões relacionadas ao raciocínio lógico e que possam contribuir para

um pensamento mais analítico e argumentativo. Como exemplo de jogos de raciocínio, tem-se: xadrez, dominó, damas, jogo da memória, jogo dos 7 erros e diversos outros que podem ser trabalhados e adaptados nas turmas conforme as necessidades dos estudantes. Se os professores tiverem espaços, materiais e formações adequados, basta apenas usar a criatividade para que suas aulas inclusivas sejam de muita aprendizagem e ao mesmo tempo divertidas e prazerosas para todos (BRASIL, 1997).

Os jogos cooperativos são práticas que criam aspectos coletivos e de ajuda entre os colegas, tendo como objetivos resolver tarefas e desafios, garantindo a participação de todos.

Aprender a trabalhar com cooperação é uma maneira inovadora, que possibilita atender à diversidade, com objetivos interdependentes, onde cada participante é corresponsável pelo resultado final, criando-se um ambiente de inclusão, respeito e solidariedade. "Na aprendizagem cooperativa, os alunos com menor rendimento são auxiliados pelos que estão mais avançados e podem então, por meio do trabalho em equipe, evoluir e reforçar sua autoestima" (SOLER, 2006, p. 143).

Na prática, os jogos cooperativos não eliminam ou excluem vencedores ou perdedores: normalmente, o jogo se desenvolve pela interação entre os participantes – entendidos sempre como parceiros, e não como oponentes, e isso incentiva a participação de todos e o respeito pelas diferenças. Como não há oponentes, os jogos cooperativos evitam trapacear, enganar ou tirar vantagens dos outros para terem sucesso. O desafio é superar o medo, a insegurança e as dificuldades de ação e pensamento coletivo. Os jogos cooperativos desempenham um importante papel pedagógico e funcionam como uma metáfora para a vida. Nesse caso, normalmente é necessário trabalhar em conjunto para atingir um determinado objetivo.

CONCLUSÃO

O presente artigo teve como tema Educação Física inclusiva: estratégias de ensino para alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, procurando destacar quais são as estratégias de ensino que podem contribuir com professores no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes com deficiência. De acordo com o objetivo desta pesquisa baseada em referenciais teóricos, foi possível tirar algumas conclusões.

Podemos compreender que escola precisa saber os preceitos e o que é uma escola inclusiva, para que, assim, os estudantes com deficiência se desenvolvam e aprendam.

Inicialmente, é necessário destacar que, para tratar estratégias de ensino, é necessário pensar a escola como um espaço inclusivo. A escola e a sociedade como espaço inclusivo precisam identificar as diferenças e terem a compreensão de qual é o papel da escola nesse processo, ou seja, lutar por uma sala de atendimento especializado, por estruturas adequadas e por um planejamento em conjunto dos profissionais que atuam na escola: gestão, profissionais especializados e segundo professor, que deverão acompanhar e auxiliar nas aulas, para que de fato as estratégias de ensino sejam desenvolvidas.

As estratégias somente serão denominadas competentes se todo esse processo for realizado, pois apenas o professor sozinho ou a escola não conseguiria aplicá-las. Para a elaboração delas, o professor precisa conhecer os tipos de deficiências e suas características que, segundo as pesquisas, são categorizadas como: deficiência física, auditiva, visual, mental (atualmente intelectual, função cognitiva) e múltipla, que é a associação de mais de um tipo de deficiência. A ausência desse conhecimento pode implicar o planejamento das aulas, pois às vezes os professores pensam que estão seguindo uma orientação inclusiva, porém não o estão. Assim, é necessário destacar a importância de conhecer cada uma em sua individualidade, para que aconteça uma mudança no conceito de educar, promovendo oportunidades não apenas para os estudantes com deficiência, mas também para todos.

Desse modo, o professor, reconhecendo cada tipo de deficiência, pode desenvolver algumas estratégias, como o esporte, os jogos, as brincadeiras, os jogos sensoriais, os jogos motores, os jogos de raciocínio e os jogos cooperativos.

O esporte pode influenciar o processo de ensino-aprendizagem e do relacionamento

interpessoal, superando, assim, os desafios e as adversidades futuras, porém sempre se deve procurar trabalhar de uma maneira mais coletiva e menos competitiva.

REFERÊNCIAS

ATIVIDART. Dinâmica: vôlei sentado. 4 jun. 2016. Disponível em: https://atividart.wordpress.com/2016/06/04/dinamica-volei-sentado. Acesso em: 3 nov. 2020.

BENVEGNÚ JÚNIOR, A. E. Educação física escolar no Brasil e seus resquícios históricos. Revista de Educação do IDEAU, Alto Uruguai, v. 6, n. 13, p. 1-15, jan./jul. 2011.

BEZERRA, A. F. S. Estratégias para o ensino inclusivo de alunos com deficiência nas aulas de educação física. 2010. 108 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Brasília: Presidência da República, 2004b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 29 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 29 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica. Brasília: MEC; SEESP, 2004a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: educação física. Brasília: MEC; SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: educação física. Brasília: MEC; SEF, 1998.

CAPELLINI, V. L. M. F.; MENDES, E. G. O ensino colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. Revista Educere et Educare, Cascavel, v. 2, n. 4, p. 113-128, jul./dez. 2007.

CAVALLARI, J. S. O equívoco no discurso da inclusão: o funcionamento do conceito de diferença no depoimento de agentes educacionais. Revista Brasileira de Linguística Aplicada (RBLA), Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p. 667-680, 2010.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1992. [Coleção Magistério 2° grau – Série Formação do Professor].

FELICIANO, D. A. T. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: produções didático-pedagógicas. Curitiba: Governo do Estado do Paraná; Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2016.

FERREIRA, C. Á. Estratégias pedagógicas de professores de educação física com alunos com deficiência. 2012. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. Educação física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira. 10. ed. São Paulo: Loyola, 1991.

LEITE, E. A. O esporte na escola: sua realidade e possibilidade de mudanças. Revista EF-Deportes.com, Buenos Aires, ano 14, n. 142, online, mar. 2010. Disponível em: https://www.efdeportes.com/efd142/o-esporte-na-escola.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.

MENDES, R. H.; CONCEIÇÃO, L. H. P.; GALERY, A. D. O caso de educação física inclusiva. Diversa, São Paulo, p. 1-12, dez. 2013.

OLIVEIRA, V. M. O que é educação física? 11. ed., 4. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SOLER, R. Brincando e aprendendo na educação física especial: planos de aula. 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.